

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Original do Agronegócio S.A. (Banco), acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Desempenho nos Negócios

1. Resultados

Em 31 de dezembro de 2015, o Banco apresentou lucro no exercício de R\$ 4.972, contra um lucro de R\$ 4.129 apresentados no exercício de 2014, e no segundo semestre de 2015 um lucro de R\$ 5.377.

O resultado com operações de crédito, que inclui receita de juros e recuperação de créditos baixados como prejuízo, apresentou R\$ 14.246 no exercício de 2015, na comparação com o mesmo período de 2014 o resultado foi de R\$ 56.005.

2. Ativos e Passivos

O total de ativos atingiu R\$ 187.334 (2014 - R\$ 263.522), e é representado principalmente por:

Descrição	2015	2014
Aplicações Interfinanceiras	82.419	94.718
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	66.729	60.711
Carteira de Créditos e Outros Créditos com Característica de Operação de Crédito	31.299	113.772

A carteira de crédito ao término do exercício atingiu R\$ 31.299, o saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa é de R\$ 13.971, correspondente a 45% da carteira total, em 2014 correspondiam a R\$ 113.772, R\$ 30.787, respectivamente, em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99.

3. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido resultante ao final do exercício foi de R\$ 110.434 (2014 - R\$ 105.765), composto da seguinte maneira:

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Nota	2015	2014
Ativo Circulante	160.517	197.500
Disponibilidades	4	103
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	82.419
Aplicações no Mercado Aberto	82.419	93.959
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	759
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	59.960
Carteira Própria	45.719	9.368
Vinculados à Prestação de Garantias	14.170	22.097
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b.2	71
Relações Interfinanceiras	7	27
Créditos Vinculados:		
Depósitos no Banco Central	27	122
Operações de Crédito	8	14.773
Setor Privado	26.746	89.093
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	(11.973)
Outros Créditos	9	3.233
Negociação e Intermediação de Valores	-	1.109
Créditos Tributários	9.b	3.125
Diversos	9.d	108
Outros Valores e Bens	10	2
Despesas Antecipadas	2	6
Ativo Realizável a Longo Prazo	25.977	64.420
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	6.769
Carteira Própria	-	29.204
Vinculados à Prestação de Garantias	6.769	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	32
Operações de Crédito	8	2.555
Setor Privado	4.553	24.679
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	(1.998)
Outros Créditos	9	16.653
Créditos Tributários	9.b	16.653
Investimentos	11	100
Participações em Coligadas e Controladas:		
No País	100	431
Imobilizado de Uso	12	740
Outras Imobilizações de Uso	3.295	3.273
(Depreciações Acumuladas)	(2.555)	(2.102)
Total do Ativo	187.334	263.522

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reserva Legal	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		101.212	459	2.302	-	-	103.973
Homologação do BACEN s/Aumento de Capital Social	2.803	-	(459)	-	-	(2.344)	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	14	-	14
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	4.129	4.129
Destinações:							
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	123	-	(123)	-
Absorção Reserva Legal	-	-	-	(689)	-	689	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	(2.351)	(2.351)
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		104.015	510	1.736	14	105.765	215.530
Mutações do Exercício		2.803	(459)	(566)	14	(1.792)	105.765
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	16.a	104.015	510	1.736	14	105.765	215.530
Ajustes de Avaliação Patrimonial	16.b	-	-	-	(303)	-	(303)
Utilização Reserva Legal	16.d	-	-	(405)	-	405	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	4.972	4.972
Destinações:							
Constituição de Reserva Legal	16.d	-	-	269	-	(269)	-
Aumento de Capital	16.a	-	5.108	-	-	(5.108)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		104.015	5.108	1.600	(289)	110.434	220.368
Mutações do Exercício		(136)	5.108	(136)	(303)	4.669	4.669
Saldos em 30 de Junho de 2015		104.015	5.108	1.331	(462)	104.884	215.530
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	173	-	173
Lucro Líquido do Semestre	-	-	-	-	-	5.377	5.377
Destinações:							
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	269	-	(269)	-
Aumento de Capital	-	-	5.108	-	-	(5.108)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		104.015	5.108	1.600	(289)	110.434	220.368
Mutações do Semestre		(136)	(5.108)	(269)	(173)	(5.550)	(5.550)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto Operacional
O Banco Original do Agronegócio S.A. (Banco) é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar sob a forma de banco múltiplo, através de carteira comercial, de financiamento e investimento, de crédito imobiliário e rural, operações compradas e mercado de câmbio, constituído na forma de sociedade anônima, sediada na Rua General Furtado do Nascimento, 66 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/1976, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para determinação e contabilização dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Entretanto, a Administração revisa periodicamente essas premissas e estimativas e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas. Estas demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas pela Administração na reunião realizada em 27 de janeiro de 2016 e serão divulgadas, no endereço eletrônico www.original.com.br.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas: **a) Apuração do Resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados. **b) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo:** São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para ajustar o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/2001.

Descrição	2015	2014
Capital Social	109.123	104.015
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(289)	14
Reservas de Lucros	1.600	1.736

Agência de Rating

As agências internacionais de rating atribuem notas qualificando a situação financeira do Banco, a tabela abaixo demonstra os ratings atribuídos:

Agência	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
	Escala Nacional		Escala Internacional (IDR - moeda local e estrangeira)	
Moody's ⁽¹⁾	BR - 2	Baa1.br	NP	B1
Standard & Poor's ⁽¹⁾	brA-3	brBBB	-	-
Fitch Ratings ⁽²⁾	F2 (bra)	BBB+ (bra)	B	B+

(1) junho/2015

Governança Corporativa

1. Gerenciamento de Riscos e Controles

Em cumprimento às disposições legais impostas pelo BACEN relativas ao gerenciamento e controle de riscos, o Banco possui uma estrutura dimensionada de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e/ou atividades da Instituição. Assim, o Banco conta com políticas, processos e procedimentos voltados para a administração e gestão de riscos, utilizando-se de instrumentos para medir, monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades.

(2) dezembro/2015

Estes processos incluem a gestão da exposição aos riscos de: mercado, crédito, liquidez, operacional, legal, "compliance" e regulatório.

O Banco Original do Agronegócio S.A., revisa constantemente seus processos de gestão de riscos visando as melhores práticas de mercado e a total aderência ao que disciplina a legislação em vigor promovida pelo BACEN.

• Ouvidoria

A estrutura de Ouvidoria do Banco atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. A Instituição mantém sua Ouvidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e compromete-se em auxiliá-la no cumprimento de sua missão.

Em 2015, houve abertura de uma demanda na ouvidoria direcionada ao Banco Original do Agronegócio.

• Pessoas

O Banco acredita que seus colaboradores são imprescindíveis para o sucesso e crescimento da Instituição e, desse modo, respeita as diferenças individuais e culturais e estimula o ambiente onde todos possam contribuir com suas experiências.

Investe de forma contínua e estratégica na formação de seus colaboradores, através de programas como Educação Corporativa e Parcerias, com um modelo que estimula o desenvolvimento e fortalece os valores e cultura organizacional.

• Relacionamento com os Auditores

De acordo com a Resolução CMN nº 3.198/2004, informamos que durante o exercício os Auditores Independentes prestaram exclusivamente os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Nesta oportunidade agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos funcionários e colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 24 de Fevereiro de 2016

Diretoria

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2º Semestre	01/01 a 31/12/15	01/01 a 31/12/14
Receitas da Intermediação Financeira		18.853	29.239	77.464
Operações de Crédito	8.g	6.242	14.246	56.005
Operações de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a.3	10.359	19.318	16.079
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b.3	2.252	(4.217)	4.988
Resultado de Operações com Câmbio	-	-	(108)	392
Despesas da Intermediação Financeira		(9.230)	(15.458)	(54.419)
Operações de Captação no Mercado	13.a.1	(6.653)	(14.644)	(37.540)
Operações de Empréstimos e Repasses	(2)	(5)	(31)	(31)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.575)	(809)	(16.848)	(16.848)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		9.623	13.781	23.045
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(4.246)	(9.078)	(16.762)
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	19	11	41	125
Despesas de Pessoal	20	(79)	(142)	(788)
Outras Despesas Administrativas	21	(4.256)	(8.917)	(11.582)
Despesas Tributárias	22	(557)	(958)	(1.913)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	11	15	29	(457)
Outras Receitas Operacionais	23	844	1.173	304
Outras Despesas Operacionais	24	(224)	(304)	(2.451)
Resultado Operacional		5.377	4.703	6.283
Resultado não Operacional	25	-	-	(169)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		5.377	4.703	6.114
Imposto de Renda e Contribuição Social	26	-	269	(1.610)
Provisão para Imposto de Renda	-	-	-	(796)
Provisão para Contribuição Social	-	-	-	(502)
Ativo Fiscal Diferido	-	-	269	(312)
Participações no Lucro		-	-	(375)
Lucro/(Prejuízo) do Semestre/Exercício		5.377	4.972	4.129
Juros sobre Capital Próprio		-	-	(2.351)
Lucro/(Prejuízo) Líquido por Ação - em (100.000.000) Ações		0,0538	0,0497	0,0413

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2º Semestre	2015	2014
Atividades Operacionais		5.377	4.972	4.129
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Semestre/Exercício		5.377	4.972	4.129
Ajustes ao Lucro Líquido do Semestre/Exercício:		2.235	1.157	18.690
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.e	2.575	809	16.848
Carteira de crédito	-	2.575	809	16.848
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	11	(15)	(29)	457
Depreciações e Amortizações	21	216	453	512
Ajuste a Valor de Mercado	(22)	(2)	35	-
Tributos Diferidos	-	-	(269)	312
Provisão para Processos Judiciais, Administrativos e Outros	24	(519)	158	2.451
Provisão de Participações no Lucro	-	-	-	375
Prejuízo na Alienação de Investimento	-	-	-	86
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Semestre/Exercício		7.612	6.129	22.819
Variáveis em Ativos e Passivos		2.247	(17.677)	(32.762)
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(110)	(110)	3.152	(3.152)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	(29.114)	23.501	20.875	(20.875)
Variável Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências	-	29	98	(253)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito	41.925	82.152	236.571	236.571
Redução (Aumento) em Outros Créditos	(187.511)	4.280	1	1
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens	52	-	91	-
Aumento (Redução) em Depósitos	53.427	(46.516)	(123.822)	(123.822)
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto	(61.175)	14.758	-	-
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(4.123)	(30.501)	(139.896)	(139.896)
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(110)	(214)	(428)	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

conforme AGE, o Banco provisionou JCP dos acionistas no montante de R\$ 2.351, o qual após retenção de imposto de renda na fonte, à alíquota de 15% na forma da legislação em vigor, resulta no montante líquido de R\$ 1.998, do qual o montante líquido de R\$ 1.010 será pago à J&F e o montante de R\$ 10 será pago para o acionista minoritário, o montante de R\$ 988 foi pago em julho de 2014. O benefício fiscal reconhecido no resultado decorrente desses juros foi de R\$ 940.

d) Reserva de Lucros: Em 31 de dezembro de 2015 foi constituída reserva legal no montante de R\$ 269 (2014 - R\$ 123), que é constituída à base de 5% sobre o lucro do exercício, limitada a 20% do capital social, de acordo com previsão em Estatuto Social e legislação vigente. Em 31 de dezembro de 2015 foi consumida reserva legal no montante de R\$ 405 (2014 - R\$ 689), constituindo um saldo de R\$ 1.600 (2014 - R\$ 1.736)

17. Limites Operacionais
Segundo as regras do Banco Central, em linha com as diretrizes do Comitê da Basileia, as instituições financeiras devem manter requerimentos mínimos de Capital compatíveis com os níveis de risco de suas atividades, de forma a manter a relação entre Patrimônio de Referência (PR) e o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) superior a 11%. O Índice de Basileia foi calculado com base nas Demonstrações Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, nos termos da Resolução 4.280, substituindo o conceito de Conglomerado Financeiro. Em janeiro de 2016, o Banco Central divulgou a Carta Circular nº 3.748, dispensando as instituições financeiras da remessa do Índice de Basileia do Conglomerado Financeiro.

	31/12/15	31/12/14
Patrimônio de Referência Nível I	1.956.339	2.037.134
Patrimônio de Referência Nível II	-	-
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	1.956.339	2.037.134
RWA (Patrimônio de Referência Exigido) (1)	6.821.406	4.410.010
RWA _{IND} (Parcela de Risco de Crédito)	5.850.627	3.433.237
RWA _{MAR} (Parcelas de Risco de Mercado)	474.976	326.921
RWA _{OP} (Parcela de Risco Operacional)	495.803	649.852
Índice de Basileia III e II	28,7%	46,2%

(1) Para comparação entre a regra antiga e nova deve-se multiplicar as parcelas de RWA por 11%. Em 2015 e 2014 o Banco mostrou-se enquadrado no limite de Capital Regulatório, de 11%, e Patrimônio compatível com o risco da estrutura dos ativos, conforme normas e instruções estabelecidas pelas Resoluções nºs 4.192 e 4.193 de 2013 além de legislação complementar. O Banco divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.original.com.br. As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em dezembro de 2015 e 2014, o Banco encontra-se enquadrado no referido índice.

18. Partes Relacionadas
a) Participação Acionária: A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferências) em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

Acionistas	31/12/15		31/12/14	
	Quantidade (%)	Acções Ordinárias (%)	Quantidade (%)	Acções Ordinárias (%)
J&F Participações Ltda. (J&F) (1)	99.000.000	99%	99.000.000	99%
Pessoas Físicas (PF)	1.000.000	1%	1.000.000	1%
Total	100.000.000	100%	100.000.000	100%

(1) Empresa de Investimentos (Holding).
b) Transações com Partes Relacionadas: As operações e remuneração de serviços entre as empresas abaixo relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas usuais de mercado, e em condições de comutatividade. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 e pela Resolução CMN nº 3.750/2009, conforme os saldos apresentados abaixo:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/15	31/12/14	01/01 a 31/12/15	01/01 a 31/12/14
Aplicações em Operações Compromissadas	82.419	93.959	8.969	8.020
Banco Original S.A. (1)	82.419	93.959	8.969	8.020
Depósito à Vista	(81)	(66)	-	-
JBS Holding Internacional S.A.	(29)	(29)	-	-
JBS S.A. (JBS)	(49)	(14)	-	-
J&F Floresta Agropecuária	-	(4)	-	-
J&F Participações Ltda.	-	(6)	-	-
J&F Investimentos S.A.	-	(3)	-	-
Original Negócios Agropecuários Ltda.	(3)	(10)	-	-
Depósito a Prazo	(356)	-	(59)	(19)
Original Negócios Agropecuários Ltda.	(356)	-	(59)	(19)
JCP a Pagar	(1.200)	-	(1.200)	(1.200)
J&F Participações Ltda. (Nota 16.c)	-	(1.188)	-	(1.188)
Outros	-	(12)	-	(12)

(1) Controlado pela J&F; (2) Inclui Alta Administração e Pessoas Físicas Ligadas.

19. Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas

	2º Semestre 31/12/15	01/01 a 31/12/15	01/01 a 31/12/14
Intermediação e Assessoria Financeira	10	38	14
Rendas de Garantias Prestadas	-	-	4
Outras Prestações de Serviços (1)	1	3	107
Total	11	41	125

(1) Refere-se a câmbio, tarifa bancária e outras prestações de serviços.

20. Despesas de Pessoal

	2º Semestre 31/12/15	01/01 a 31/12/15	01/01 a 31/12/14
Remuneração	(46)	(87)	(386)
Encargos	(14)	(26)	(148)
Benefícios	(19)	(29)	(251)
Outras	-	-	(3)
Total	(79)	(142)	(788)

21. Outras Despesas Administrativas

	2º Semestre 31/12/15	01/01 a 31/12/15	01/01 a 31/12/14
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	(597)	(1.300)	(2.203)
Depreciação e Amortizações	(216)	(453)	(512)
Propaganda e Publicidade (1)	(291)	(828)	(764)
Comunicações	(213)	(484)	(434)
Processamento de Dados	(2.361)	(4.653)	(3.831)
Aluguéis	(15)	(57)	(529)
Transportes e Viagens	(11)	(130)	(694)
Serviços de Vigilância e Segurança	(1)	(3)	(34)
Manutenção e Conservação de Bens	(17)	(63)	(160)
Serviços do Sistema Financeiro	(90)	(251)	(711)
Água, Energia e Gás	-	-	(19)
Material	(1)	(1)	(12)
Outras	(443)	(694)	(1.679)
Total	(4.256)	(8.917)	(11.582)

(1) Inclui Publicações das Demonstrações Financeiras.

22. Despesas Tributárias

	2º Semestre 31/12/15	01/01 a 31/12/15	01/01 a 31/12/14
Despesa com COFINS	(461)	(721)	(1.541)
Despesa com ISS	(1)	(2)	(6)
Despesa com PIS/PASEP	(75)	(117)	(250)
Outras	(20)	(118)	(116)
Total	(557)	(958)	(1.913)

23. Outras Receitas Operacionais

	2º Semestre 31/12/15	01/01 a 31/12/15	01/01 a 31/12/14
Atualização de Impostos a Compensar	18	91	161
Recuperação de Encargos e Despesas	23	169	36
Atualização de Depósitos Judiciais	2	7	107
Reversão de Provisões Operacionais	801	906	-
Total	844	1.173	304

24. Outras Despesas Operacionais

	2º Semestre 31/12/15	01/01 a 31/12/15	01/01 a 31/12/14
Provisões Operacionais	-	-	(482)
Trabalhistas	-	-	(19)
Indenizações Trabalhistas	(224)	(304)	(1.969)
Total	(224)	(304)	(2.451)

25. Resultado não Operacional

	2º Semestre 31/12/15	01/01 a 31/12/15	01/01 a 31/12/14
Lucro na Alienação de Valores e Bens	-	-	2
Baixa de Bens do ativo Imobilizado	-	-	(171)
Total	-	-	(169)

26. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os valores diferidos foram calculados, substancialmente, sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa, sobre prejuízo fiscal e outras provisões temporariamente não dedutíveis. Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado. O ativo e o passivo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social estão apresentados no Balanço Patrimonial nas rubricas de Outros Créditos - Diversos e Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias, respectivamente.

Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Deduzido as Participações no Resultado

	01/01 a 31/12/15	01/01 a 31/12/14
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	4.703	3.388
Outras Diferenças Permanentes - CSLL	(29)	457
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ	58	293
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ	62	296
Base de Cálculo - CSLL	4.732	4.138
Base de Cálculo - IRPJ	4.736	4.141
CSLL - 20%	(1.453)	(621)
IRPJ - 25% Deduzidos dos Incentivos Fiscais	(1.184)	(990)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	269	1.610
Encargo Líquido de IRPJ e CSLL	269	1.610

27. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A avaliação dos riscos é fundamental para a tomada de decisão. Por isso, o Banco conta com uma estrutura de Gerenciamento de Riscos, constituída de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e atividades desenvolvidas. As aprovações e revisões das diretrizes de gestão de risco e de capital, bem como os limites de riscos, são definidos por comitê composto pelo corpo diretivo e técnico da Instituição. O Comitê de Diretoria é a autoridade superior nas decisões relacionadas à deliberação, coordenação, avaliação e delegação sobre a alocação de capital e apetite a risco da Alta Administração do Banco. Outro pilar da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle. Os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação de um novo produto, e a independência de informação destas áreas com o processo operacionalizando. Esta independência de informações busca garantir um fluxo de controle menos sensível ao risco operacional e evita situações em que possam existir conflitos de interesses. Em conformidade com a regulamentação do BACEN, o Banco disponibiliza informações acerca de sua estrutura de gerenciamento de riscos publicamente no website: www.original.com.br.

a. Gerenciamento de Riscos Operacionais: Conforme Resolução CMN nº 3.380/2006, o Banco considera risco operacional, a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco. A estrutura de risco operacional do Banco visa identificar, avaliar, monitorar, testar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a Instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais. Esta estrutura está formalizada em política que define a metodologia, processos e responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional atua de forma corretiva e preventiva evitando novos eventos e reincidência de falhas. A estrutura conta ainda com um comitê de Risco Operacional, além da participação dos ACIRs - Agentes de Controles Internos e Riscos, colaboradores responsáveis pela gestão do risco operacional em sua própria diretoria, o que reforça o papel individual de cada colaborador no gerenciamento de risco operacional no Banco como um todo.

b. Gerenciamento de Riscos de Mercado: O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Banco. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Banco tem como base a Resolução nº 3.464/2007 do CMN. A análise de exposição das carteiras da Instituição é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas pela Diretoria da Instituição e formalizadas na Política de Risco de Mercado, documento interno aprovado e revisado pelo Comitê de Diretoria. As estratégias de risco são definidas pela Alta Administração da Instituição e incorporam o planejamento estratégico das áreas de negócios. Os limites e níveis de alertas devem ser revisados no mínimo anualmente pela Alta Administração. São observados os seguintes limites: "VaR (Value at Risk)", Testes de Estresse, "Stop Loss" e Análise de sensibilidade.

c. Gerenciamento de Riscos de Liquidez: A relevância que a Diretoria da Instituição tem em relação ao gerenciamento de risco de liquidez é norteada pela Política de Risco de Liquidez, documento aprovado e revisado periodicamente pelo Comitê de Diretoria. Esta política segue as diretrizes da Resolução CMN nº 4.090/2012, assim como as melhores práticas propostas pelo Comitê de Basileia. A área de riscos é responsável por monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descalamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez da Instituição. Estas informações são encaminhadas para as áreas de negócio e para a Diretoria do Banco e suportam o planejamento de liquidez da Instituição. As principais variáveis utilizadas pelo Banco para a análise são: Disponibilidade de Caixa, Nível de Caixa Mínimo e a Projeção do Fluxo de Caixa.

d. Gerenciamento de Riscos de Crédito: Conforme a Resolução CMN nº 3.721/2009, o risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração na possibilidade de cumprimento de obrigações contratuais de contra-partes do Banco, gerada por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito ou contra-parte, em um acordo financeiro e suas implicações, tais como a desvalorização do contrato devido à deterioração na classificação de rating do cliente, além de variações nos indexadores e moedas associados a obrigação. No caso particular em que o cliente é a contra-parte do Banco em uma operação de derivativos, avalia-se o risco de crédito potencial. Com este tipo de operação, diferentemente de uma operação de empréstimo tradicional, em que o valor a receber é conhecido, as perdas potenciais de crédito ficam associadas às flutuações de mercado e seu impacto nos instrumentos financeiros. A Diretoria do Banco é responsável pela aprovação e revisão das métricas de risco juntamente com sua política de risco de crédito. É função da Diretoria de Riscos monitorar, analisar e controlar a exposição ao risco de crédito do Banco, de forma independente das áreas de negócio, definindo o nível de provisionamento das operações de crédito, de maneira a antecipar as perdas projetadas para a carteira de crédito.

28. Outras Informações

a. Garantias Prestadas: Em 31 de dezembro de 2015, não foram concedidos avais de fianças a terceiros pelo Banco, mediante comissão que estão sujeitas a encargos financeiros e contra garantias dadas pelos beneficiários.

A DIRETORIA **CONTADOR** **Maximiliano da Silva de Jesus - CRC - 1SP194.580/O-6**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do Banco Original do Agronegócio S.A. São Paulo - SP
Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Original do Agronegócio S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.
Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência à respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e arazoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração,

bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original do Agronegócio S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
São Paulo, 24 de fevereiro de 2016

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 25P014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167445/O-0

O QUE FAZ DE VOCÊ ÚNICO É O QUE VOCÊ FAZ DE ORIGINAL

O Banco Original vai revolucionar a sua relação com o dinheiro. Aqui tudo é mais simples, prático e descomplicado. Porque para nós, não é o dinheiro que move o mundo. É o que você faz de original com seu dinheiro que tem o poder de transformar as coisas. Baixe o aplicativo e descubra um novo jeito de cuidar das suas finanças.

100% DIGITAL
Abra sua conta pelo celular.

original.com.br

Banco ORIGINAL
Você é original. Esse banco é seu.

Original.
O banco oficial do Usain Bolt.